

ARTIGOS

OVÍDIO E A ÉPOCA DE AUGUSTO.

I N T R O D U Ç Ã O

A posição de Ovídio na época de Augusto é particularmente interessante, já pelos problemas que suscita — alguns dos quais ainda não suficientemente esclarecidos — já pela própria personalidade do poeta, que tão bem retrata o ambiente que o modelou.

Nestas notas, propositadamente abreviadas e desprovidas da maior parte de seu aspecto literário, procuramos resumir aquilo que, na obra de Ovídio, reflete a renovadora ação do herdeiro de César, depois de tomadas as rédeas do Império.

A caracterização do ambiente, tal como era e como Augusto o procurou plasmar, ambiente em cuja interação surpreendemos o poeta, é de início, indispensável.

Dedicamos intencionalmente tôda uma parte à questão filosofia-religião, por várias razões: a primeira, que parece evidente, é a importância capital do problema em si, uma vez que em tôrno dêle vai girar tôda a história do Império; a segunda é a importância que o problema assumiu em particular para Augusto, em auxílio do qual Ovídio compõe tôda uma obra — *Os Fastos*.

A seguir, uma definição do poeta — nascimento, formação, posição dentro da sociedade — e da obra, como resultante psicológica e social.

Finalmente, algumas palavras sôbre o exílio do poeta podem mostrar, através de Ovídio, como foi inútil, o sonho, o esforço e a ambição de Augusto.

Excusamo-nos de estar a repetir desnecessariamente os compêndios de História Antiga, mesmo com o risco de rondar a superficialidade; uma freqüência mais repetida às fontes seria aqui o caminho certo, mas dêsse ponto de vista consideramos êste trabalho um esbôço, mesmo porque, elaborado em tempo de guerra, a bibliografia insuficiente de que dispúnhamos foi um entrave que o nosso esforço e a nossa boa vontade não puderam remover.

I

A literatura na época de Augusto: A educação de Ovídio; as escolas de retórica e as salas de leitura; as viagens. Os círculos literários. As mulheres na literatura. Perila.

Na elegia X do Livro IV dos *Tristes*, Ovídio faz a sua biografia, para que a posteridade saiba que êle foi o cantor dos ternos amores —

“Ille ego qui fuerim tenerorum lusor amorum,
Quem legis ut noris accipe posteritas”

(v. 1. 2).

Diz da sua origem e das suas preferências, manifestadas desde a infância e contrárias às do irmão, que se inclinava para a eloquência, para as lutas tempestuosas do forum verboso:

“Fratr ad eloquium viridi tendebat ab aevo
Fortia verbosi natus ad arma fori;
At mihi iam puero celestia sacra placebant”

(*Trist.* IV, 10.º, v. 17. 19).

Depois dos primeiros cuidados ministrados pelo pai, foram ambos enviados a Roma, aos varões mais célebres, pela sua cultura:

“Protinus excolimus teneri, curaque parentis
Imus and insignes Urbis ab arte viros”

(*Trist.* X, v. 15. 16).

Êstes homens célebres, a quem foram confiados os dois jovens italianos, eram Arellius Fuscus e Porcius Latro, cuja influência determinará tôda a evolução intelectual de Ovídio, visto que seu irmão mais velho morrerá muito cêdo, aos vinte anos:

“Iamque decem vitae frater geminaverat annos
Cum perit...”

(*Trist.* IV, 10.º, v. 31. 32).

A 27 a. C., quando Ovídio se iniciava em Roma, a educação literária da mocidade, se fazia entre os retóricos e nas salas da leitura. Lá se aprendia como elaborar uma obra literária e aqui se punham em prática os ensinamentos.

Na época de Augusto foram representantes famosos dessa educação de decadência, Porcius Latro, Labienus, Arellius Fuscus e Fabianus, dos quais Sêneca nos conservou abundantes notícias.

Se bem que possa ser considerada como caracteristica literária do início do Império, a declamação existia já desde os tempos

da República. Conta Suetônio (*De Clar. Rhet.* II) que Cícero desejava seguir as lições de Plotius Gallus e lamentava ter recebido a educação tradicional no fórum.

Nem sempre foram bem vistas as escolas de declamação. No ano 92 a. C., o censor Crassus decidiu o seu colega Domitius Ahenobarbus a suprimir as escolas que êle julgava perigosas para a instrução da mocidade. Elaborou-se então um edito, que se conhece através de Aulo Gélío:

“Sabe-se que certos homens instituíram um novo gênero de disciplina e que a juventude freqüenta as suas escolas; êsses mestres se fazem chamar retóricos latinos. Todos os jovens se deixam ficar junto dêles o dia inteiro, em pleno ócio. Nossos antepassados estabeleceram aquilo que desejavam ver ensinado às crianças e quais escolas queriam que elas freqüentassem. Estas inovações, que vão contra os costumes, e costumes dos antigos, nos desagradam e nos parecem más. É por isso que nos parece avisado fazer conhecer a nossa opinião àquêles que têm estas escolas e aos que as costumam freqüentar: esta novidade não nos agrada absolutamente” (Aulo Gélío, — *Noctes Atticae* XV — cap. XI — 2).

Se em setenta e dois o grito da tradição se elevou tão alto, em 27 a. C., já estava bem diminuída a sua intensidade. Mesmo naquela época, porém, houve quem se insurgisse, acusando os censores de estar embaraçando a cultura da mocidade. A êstes responde o próprio Crassus:

“Os retóricos latinos, eu os suprimi pelo meu edito, não porque desejasse, como sei que alguns acusadores diziam, impedir os jovens de ornar o seu espírito. Ao contrário, eu queria impedir o espírito, de se turvar e a impudência de se fortificar. Pois, entre os gregos, quaisquer que êles fôssem, eu notei, além dêsse exercício que torna a palavra fácil, um certo conjunto de doutrinas e uma ciência digna da cultura de um homem honesto. Quanto aos novos mestres, eu percebia que êles não podiam ensinar coisa alguma senão a audácia; audácia se junta com vantagem às boas qualidades, mas, isolada, ela deve ser grandemente evitada. Como era isso a única coisa que êles ensinavam, eu pensei que cabia ao censor prever afim de que esta calamidade não fizesse progresso” (Cic. — *De Oratore*-III, XXIV — 92-94).

Todo êste bom senso não serviu, porém, sequer para impedir temporariamente o progresso das escolas de declamação, das quais a primeira parece ter sido fundada por Cícero, quando, no fim da sua vida, tendo-lhe a ação política sido interditada, a ânsia de proselitismo o dominou completamente. É o que nos diz Mirmont (“*La jeunesse d’Ovide*”, cap. III).

Se bem que mais tarde, na época de Quintiliano, tais escolas, adquirissem outra feição, de Cícero a Ovídio não constituíram senão um exercício. Na época de Quintiliano a declamação era um meio de preparar os jovens para a eloquência judiciária, enquanto

que no tempo de Augusto, quando esta não existia, era um fim, em si mesma.

Na época de Augusto, ao tempo em que Ovídio começou a frequentá-los, os estudos declamatórios se achavam definitivamente constituídos; dividiam-se em “suasoriae” e “controversiae” isto é, discussões políticas e judiciárias, perfeitamente distintas. Como, porém, a arte declamatória fôsse um fim e não um meio, visto que a sua aplicação prática absolutamente não existia, acabou por criar um mundo de fantasia à parte, no qual se supunha um direito imaginário, pessoas e relações igualmente fictícias, olhadas, no entanto, como se fôsem imagens da realidade.

Isto que nos parece hoje extremamente ridículo, fazia, na época imperial, as delícias das salas de leitura, onde eram ouvidas as declamações e a que o Imperador dava, às vêzes, a honra da sua presença.

É possível que numa dessas ocasiões, Augusto tenha tido oportunidade de ouvir o poeta da “Arte de Amar”, aluno aplicado dos retóricos, e delírio da sociedade gongórica, do primeiro século a. C. Gongórica é um adjetivo anacrônico de muitos séculos. Caracteriza, porém, com propriedade o que se fazia nas salas de leitura em Roma, pois, nos traz à memória cenas das academias setecentistas, onde se discutiam temas como este: “Quem mostrou amor mais fiel: Clícia ao Sol ou Endimião à Lua?” (Academia Brasileira dos Esquecidos — Discurso de Rocha Pita).

Se os temas em Roma não eram tais, equívalem. E se alguém conseguiu, mesmo assim, fazer qualquer coisa interessante, êsse foi certamente Ovídio, que, pelos seus dotes pessoais e pela sua sensibilidade agudíssima, podia sintonizar com mais perfeição as mesmas ondas. As *Heroides* não são mais que uma série de exercícios escolares, versando todos sôbre a Antiguidade, e, como “suasoriae”, perfeitas.

Se a utilidade das declamações pode ser explicada e justificada pela falta de liberdade política, o mesmo não acontece com as salas de leitura, que se explicam somente pela extrema vaidade de alguns personagens como Asínio Polião — o fundador delas — que imaginou êsse meio para tornar conhecidas as suas obras, ainda que de um público pouco exigente. Asínio Polião lançou a moda. Em breve muitos outros senhores faziam o mesmo. E assim se acomodaram duas classes: os literatos sem público e o público sem espetáculo. Desde que não havia mais campanhas eleitorais, nem processos emocionantes, nem lutas nas ruas, nem debates no forum, nada melhor do que as salas de leitura para divertir êsse mundo de desocupados que se aborrecia em Roma.

Foi para cantar Corina que, pela primeira vez, provavelmente em 18 a. C., se apresentou Ovídio, ante o público das salas de leitura, muito jovem ainda, pois a barba só lhe havia sido cortada, por êsse tempo, uma ou duas vêzes:

"Notaque non tarde facta Thalia mea est
Carmina cum primum populo iuvenalia legi,
Barba resecta mihi bisve semelve fuit"

(Trist. IV, 10.º, v. 56-58).

Todavia, a sua educação, não estava completa ainda. A tradição exigia uma viagem à Grécia e às Ilhas, senão à Ásia Menor; Ovídio, se bem que de família economicamente modesta, não podia furtar-se a esse remate de cultura, e, a 25 a. C. parte para a Grécia.

Por essa época as viagens eram freqüentes e cômodas. Pompeu varrera o mar de piratas. As rotas, bem estabelecidas, davam mais segurança. Na época de Augusto, quando os cultos estrangeiros tinham já invadido o mundo romano, o período de navegação era inaugurado por uma cerimônia curiosa: o *Navigium Isis*, que se celebrava a 5 de março em todos os portos do Mediterrâneo, e de que Ovídio nos dá notícia (*Metam.* XI, 5-6). A 11 de novembro fechava-se o período anual das viagens, pois quando as brumas dos fins do outono se estendiam sobre o mar, os navios se recolhiam aos portos. Nessa época ninguém viajava, senão por motivos imperiosos. E Ovídio foi obrigado a fazê-lo no fim de sua vida, quando uma ordem do Imperador o relegou para os confins do Ponto Euxino: "O Adriático me viu, no meio das suas ondas, escrevendo esta" (*Trist.* II-XII). Colhida a nau que o levava por uma tempestade, (*Trist.* I, 2º) implora, então os Deuses que se contentem com as suas já muitas desgraças, porque, se o mar se acalmasse, nem por isso êle seria menos exilado, já que "não sulco o mar imenso para permutar mercadorias, ávido de adquirir riquezas sem limite; não me dirijo para Atenas que, estudioso, outrora procurei, nem para as cidades da Ásia, nem para lugares vistos antes".

Na primavera de 25 a. C. Ovídio parte para a Grécia, e, de lá, para a Ásia Menor, em companhia de Macro, provavelmente o mesmo Macro que Augusto encarregou de organizar as bibliotecas imperiais: "Pompeius Macer cui ordinandas bibliothecas delegaverat" (Suetônio, *Júlio César*, L XI).

Da Ásia passou-se o poeta para Sicília, de onde alcançou novamente Roma, provavelmente em 22 a. C.

Em Roma, Ovídio, chegava a tempo de iniciar o *Cursus Honorum*, a que, pela sua linhagem, tinha direito. Não se acomodou, no entanto, à carreira política e a deixará de lado, na primeira oportunidade, para se entregar de corpo e alma à vida literária. Estréia, então, com êxito insuperável nas "recitationes publicae". Segundo o próprio poeta, as "recitationes" não eram muito de seu agrado, porque o intimidavam; mas êle não possuía a proteção de Augusto como acontecera com Horácio e Vergílio, proteção essa que lhes permitira subtraírem-se às "recitationes". Aos "débutants" eram elas necessárias. Passa então Ovídio a freqüentar as côrtes dos poetas profissionais, notadamente a de Messala.

A posição de Ovídio, por essa época, é privilegiada. É o maior dos poetas vivos — êle tem consciência disso — e se esforça por ser o poeta oficial, substituindo a Vergílio e a Horácio, sem concorrência, posto que Tibulo falecera em 19 e Propércio morrerá em breve: 15 a. C. Não o conseguiu, porém.

Antes da época imperial, com raras exceções, — como Ápio Cládio Ceco, o primeiro autor romano que conhecemos — a literatura sempre fôra mister de escravos e libertos. Êste menosprêzo da arte literária, derivava da concepção que o romano fazia de seu próprio caráter. A “Romana Auctoritas”, a “Romana Gravitas”, a “Romana Constantia”, a “Fides Rómána”, eram cultivadas e ostentadas nos círculos oficiais, e simbolizadas num Cincinato, num Cação, num Fábio Cunctator. O próprio Cícero, nas *Tusculanas*, se encarrega de plasmar as qualidades do povo romano, salientando a constância, a grandeza de alma, a honestidade e a boa fé. Ora, esta atitude rígida, convencional, que todo romano devia revestir, levava ao mesmo desprêzo que Cícero manifesta quando chama às artes literárias “studia leviora”, “artes minores”. Realmente, Cícero não podia pensar assim, visto que, homem profundamente penetrado da cultura helenística, orador e polígrafo, êle mesmo cultivou por tódá a vida os gêneros que fingia desprezar.

Na época imperial, porém, tudo isso vai desaparecer. Não é mais Lívio Andronico, escravo tarentino, nem Cecílio, nem Terêncio que se encarregam da literatura por obrigação. É Ovídio, que pretende fazer dela o seu meio de vida. Isto evidencia uma evolução social que estaria a pedir um capítulo especial, se a brevidade dêste trabalho o permitisse.

Na sua obra de reorganização, Augusto não se descuidou da parte artística, tanto mais quanto percebe na literatura um poderoso argumento a seu favor. Faz-se, então, protetor das letras, e, êle mesmo, cultor delas. Vímo-lo confiando a organização das bibliotecas a Pompeius Macer. É que, para tão grande emprêsa, o esforço único de Augusto era insuficiente. Outro auxílio poderoso — e êste decisivo — encontrou em Mecenas, em tórno qual se formou um círculo literário dos muitos que então proliferaram em Roma.

Mecenas, rico, generoso, requintado, achou-se muito à vontade entre os poetas que enchiam a sua casa, aceitavam o seu dinheiro e as suas sugestões, e cantavam os seus louvores. Lá estavam Horácio, Vergílio, Propércio, Varrão e muitas outros.

Se bem que o círculo de Mecenas fôsse até certo ponto o círculo oficial, não menos importante foi o de M. Valério Messala Corvino, antigo companheiro de Augusto em Ácio e agora seu adversário. Sòmente essa atitude de Messala já definia o seu grupo literário, do qual era pontífice Tibulo e ao qual aderiu Ovídio. Era, portanto, extremamente difícil a Ovídio chegar a substituir os grandes vates junto de Augusto, quando fôsse a ocasião. Quem quer subir a sua casa não procura a escada do vizinho. E assim Ovídio não teve jamais as simpatias do Imperador, quer por êste motivo, quer

por outros, que a seu tempo veremos, nem mesmo ao se casar, dentro da família de Augusto, com a ilustre Fábía.

No círculo de Messala, como aliás nos outros, não havia somente homens. A literatura na era de Augusto não era uma necessidade, mas um hábito ditado pela moda, e hábito de tôdas as classes. Escreviam homens e mulheres, escrevia-se em latim e em grego.

Para conquistar o coração de uma dama, Ovídio, mestre nesta arte, aconselha aos jovens o conhecimento das duas línguas:

“Nec levis ingenuas pectus coluisse per artes
Cara sit et linguas edidicisse duas”

(Arte de Amar, II, v. 121-122)

— “Não considereis como cuidado fútil cultivar o vosso espírito pelas artes liberais e aprender as duas línguas”.

Por sua vez, as mulheres não deixavam de fazer o mesmo. E as que não escreviam os seus versos, como Sulpícia, como Perila, filha de Ovídio, tornavam-se grandes animadoras dos literatos, como Júlia, filha do Imperador, e Otávia, sua irmã. Ao lado destas, porém, havia aquelas a que Ovídio se referia irônicamente:

“Sunt tamen et doctae rarissima turba, puellae,
Altera non doctae turba, sed esse volunt”.
“Há, porém, moças doudas, espécie raríssima;
e outra espécie, que não sendo, pretende sê-lo”.

Entre estas não estava certamente Perila, a filha de Ovídio.

Mirmont é de opinião que Perila não é filha de Ovídio e quer disso seja prova o verso 18 da *Elegia* 7^a, livro III: “Ad filiam Perillam”:

“Utque pater natae, dux comesque fui”
“E fui para ela, pai, guia e companheiro”.

Seria simplesmente uma tradição alimentada sobretudo por Gaudenzio Merula, filólogo italiano do século dezesseis. A realidade seria outra: “Perilla doit être un pseudonyme: nous savons par Apulée (*De Magia* X) que le poète Tigidas célèbre sous le nom de Perilla sa maitresse, que était une femme de la gens Metella. Les rapports de Perilla et d’Ovide semblent être ceux d’une fille et d’un père, d’une élève et d’un maître qui s’écritent pour l’amour du grec”. “Ce commerce d’esprit, cette amitié exempte de tout mélange de sensualité, entre un litterateur et une femme éprise de lettres n’était pas sans exemple dans la société romaine. Déjà Cicéron avait entretenu une longue correspondance avec Caerellia, femme instruite, qui s’occupait de philosophie...”

Em primeiro lugar, lembre-se de que aquele verso é passível de interpretações diferentes conforme a predisposição do espírito de

quem o lê. E melhor seria lê-lo sem predisposição... Em segundo lugar, em outras edições, aparece uma variante desse verso:

“Utque patet venae duxque comesque fui”

“E, como é evidente, não só fui o guia, como o companheiro”.

Essa versão, eliminando o termo “pater”, que aparece junto a “dux” e a “comes”, causando repugnância a Mirmont, é desnecessário, desde que se dirigia o poeta à própria filha, exclui também a comparação com o verso:

“Tu dominus, tu vir, tu mihi, frater eras”.

(Heroides, III, v. 52)

“Tu eras meu senhor, meu esposo, meu irmão”.

Estas são as palavras de Briseida a Aquiles, que evidentemente não era seu irmão...

Posta de parte esta questão de variações, que só poderia ser resolvida como o cômputo de boas edições — (e isto é uma das coisas mais impossíveis nestes tempos em que a impossibilidade tem graus de comparação...), — resta-nos ainda a obra tôda de Ovídio para prová-lo. Bastará um exemplo: na Elegia III do Livro I, uma das mais dolorosas, em que o poeta descreve a sua última noite em Roma, diz êle no verso 19:

“Nata proculo Libycis aberat diversa sub oris”.

“Minha filha estava longe, distante, nas regiões africanas”.

No meio de sua desgraça, descrevendo o aspecto funerário de sua casa, “a esposa chorando, abraçada ao que devia partir, por tôda a casa gemidos e lágrimas,” iria êle lembrar-se da aluna ou da amiga distante, somente para enquadrá-la nessa paisagem de infortúnio? Pareceria mais lógico, se não queria referir-se à filha, que se achava na África com o marido, que se lembrasse antes dos amigos influentes e mais próximos, como tantas vezes fêz no exílio.

E se não fôsse suficiente isso, poderia ver-se a elegia X, aquela em que o poeta faz deliberadamente a sua biografia e diz:

“Filia me mea bis prima fecunda iuventa,
Sed non ex uno coniuge, fecit avum”

(Trist. IV, 10.º, v. 75).

“Minha filha fecunda, na primeira mocidade,
Fêz-me avô duas vezes, mas não de um só marido”.

Não, Perila, era, realmente, a filha de Ovídio, aquela que havia herdado o seu pendor poético, mas para a qual êle não desejava uma sorte igual à sua e recomendava:

"Forsitan exemplo, quia me laesere libelli,
Tu quoque sis poenis facta ruina meae
Pone, Perilla, metum. Tantummodo femina nulla
Neve vir a scriptis discat amare tuis
Ergo disidiae remove, doctissima, causas:
Inque bonas artes et tua sacra redi".

(Trist. III, 7.º, v. 27-32).

Talvez pelo exemplo, porque os meus livros me infelicitaram, tu também tenhas atendido à fatalidade do meu sofrimento. Deixa o medo, ó Perilla: que nem a mulher nem o homem aprenda, no entanto, a amar em teus versos. Afasta, portanto, os motivos de indolência, filha cultíssima, e volta para a literatura e para os teus trabalhos poéticos".

Bom conselho era, sem dúvida, e êle, desterrado e esquecido — talvez apenas por ter ousado dizer o que muitos pensavam — mais que ninguém o poderia dar. Indolente por temperamento, tivera a sorte — ou a desdita, — de encontrar um ambiente propício às suas tendências. Justificá-las, lhe foi fácil. Tristíssimo lhe será suportar as conseqüências.

II

Alguns aspectos da vida social do Império; As magistraturas; a ordem eqüestre. O "cursus honorum" de Ovídio; a vida pública.

Augusto, o Deus salvador, assegurara com a batalha de Ácio, a paz, pela qual os romanos há tanto ansiavam. As guerras civis, haviam consumido a melhor parte da sociedade. Nada mais justo, agora, do que divinizar êsse herdeiro de César e entrar na plenitude do ócio, apesar do apotegma de Ápio Cláudio Ceco: "Negotium populo Romano melius quam otium committi".

Ê esse justamente o desejo de Ovídio, ao voltar de sua viagem à Ásia. Se, de um lado, lhe repugnava a carreira política, incompatível com seu caráter, de outro, ainda que assim não fôsse, a sua disposição natural, o teria levado fatalmente à literatura, atividade então dominante, já que Augusto, favorecia por todos os modos os talentos que ornavam o seu século; "Ingenia saeculi seus omnibus modis (Augustus) fovit" (Suetônio — *Augustus*, LXXXIX).

Por essa época, devia o poeta fazer o serviço militar, pois eram severas as punições que Augusto reservava aos cavaleiros que se furtassem a isso. Sabe-se, porém, que somente após o desastre de Varus é que essas medidas foram aplicadas, e, assim, Ovídio, que se fizera merecedor delas, ficou impune.

Na época de Augusto, teòricamente, pelo menos, as classes sociais continuavam a ser as mesmas: Plebe, Ordem Eqüestre e Senado.

A plebe, porém, podia dar-se quase por desaparecida, premida economicamente pela concorrência do escravo. Nessas condições, o melhor remédio para o plebeu era ingressar na clientela, que, por esse tempo se robustece e se diferencia da antiga clientela romana.

Também o Senado perdera muito do seu tradicional prestígio. A maior parte das grandes famílias, dos tempos da República, tinha desaparecido, seja por efeito das guerras civis, das proscricções ou por decadência natural. A própria necessidade de se introduzirem elementos novos, estranhos, no Senado, era um sinal evidente da fraqueza da classe dos Patres.

Do mesmo modo, a ordem eqüestre, se achava radicalmente transformada. Nas suas origens, a ordem eqüestre, que ainda não tinha esse nome, fora a resultante da fusão de cavaleiros e publicanos, isto é, de um elemento militar e um elemento econômico. Com o tempo este vai predominar de tal modo que na época de Augusto a ordem eqüestre nada é mais do que uma instituição econômica. Sob Augusto podiam ser cavaleiros aqueles que tivessem quatrocentos mil sestércios, que fôsem livres e filhos de pais livres, e que não exercessem função indigna.

Cícero, Ovídio, Tibulo, foram cavaleiros. Ovídio, porém, orgulhava-se de sua velha nobreza eqüestre:

“Seu genus excutias, equites ab origine prima
Usque per innumeris avos”

(Pônticas, IV-8.º, v. 17/18).

“Se se folheasse a história, da minha família,
encontrar-se-iam desde a primeira origem, cavaleiros,
que formam uma inumerável série de antepassados”.

Pretende que esta nobreza faça esquecer a sua medíocre situação econômica junto ao amigo que êle corteja;

“Si me non veterum commendant magna parentum
Nomina, si nostri sanguinis auctor eques,
Nec meus innumeris renovatur campus aratis,
Temperat et sumptus parvus uterque parens”

(Amores, I - cap. III, v. 7-10).

“O primeiro dos meus antepassados era um cavaleiro.
Meus campos não transbordam de inúmeras charruas;
Meu pai e minha mãe, igualmente administradores,
Tiveram que restringir suas despesas”.

Vangloriava-se ainda, justificando a sua pobreza, de não se ter nunca a sua família imiscuido nas especulações financeiras, de não ser um publicano.

“Se esta honra tem algum apreço, eu sou da velha nobreza eqüestre, herdeiro de uma ordem que me veio de meus antepassados: não foi o tumulto das armas que me fez cavaleiro”.

“Siquid id est, usque a proavis vetus ordinis heres,
Non modo militiae turbine factus eques”

(Amores, III, capt. XV, v. 5/6).

Pretende com isso mostrar que ele não é nenhum adventício na ordem eqüestre, um dos muitos plebeus, soldados de César e de Augusto, que obtiveram o título nos campos de batalha e a riqueza nas pilhagens de guerra. Esta mesma idéia volta êle a expressar nos *Amores*, III, cap. VIII, v. 8-10, quando exclama desdenhosamente:

“Ecce, recens dives parto per vulnera censu
Praefectur nobis sanguine pastus eques?”
“Eis um novo rico que ganhou seu censo eqüestre
por seus ferimentos; preferem a nós êste cavaleiro cheio de sangue”.

E orgulhoso ainda, mais tarde, banido de Roma, suplicando a Augusto, se não o regresso, pelo menos um exílio mais tranqüilo e seguro, lembra-se dos “*idibus quintilibus*”, isto é, do dia 15 de julho, quando o Imperador passava em revista os cavaleiros, inspecionando-os, identificando-os, e retirando-lhes o título de “*eques*” se algum motivo houvesse:

“Mas eu me recordo, tu aprovavas não só a minha vida,
como também os meus costumes, quando eu passava naquele cavalo que me tinhas dado”

(Trist. II - 1.º).

Vê-se, por tôda essa insistência em manter-se afastado de muitos outros cavaleiros, que na época imperial, também dentro da ordem eqüestre campeava a decadência. Realmente, ao lado dos “*equites illustres, splendidi*”, isto é, cavaleiros por nascimento ou por censo senatorial, havia aquêles que recebiam o título de cavaleiros como prêmio de seus serviços militares. A êstes Ovídio desprezava.

Era um “*déraciné*”: descendente dos beliciosos samnitas, abandonara a vida militar; romano pelo espírito e pela formação, abandonara as funções civis.

Aos dezessete anos deixara a *pretexta*, toga branca usada pelos jovens até aquela idade e recebia, juntamente com o irmão, a *laticlava*, toga bandada de púrpura:

“Liberior fratri sumpta mihique toga est,
Induituque umeris cum lato purpura clavo”

(Trist. IV - 10.º, v. 28-29).

“A toga viril foi tomada por meu irmão e por mim, e a púrpura adaptada aos meus ombros com o *laticlavo*”.

Devia então iniciar o exercício das magistraturas menores e realmente o fez. Ao chegar aos 24 anos, quando devia solicitar a questura, que lhe permitiria entrar para o senado e ser mais tarde edil, pretor e cônsul, preferiu, porém, retirar-se da vida pública, recebendo então, a angusticlava, faixa de púrpura mais estreita a que tinham direito os *equites* que, na idade de entrar para o senado, por qualquer motivo, desistiam:

“Coepimus et tenerae primos aetatis honores
Eque viris quodam pars tribus una fui
Curis restabat. Clavi mensura coacta est,
Maius erat nostris viribus illud opus”

(Trist. IV, 10.º, v. 33-36).

“E principiêi os primeiros cargos da mocidade,
e alguma vêzes fui parte dos triúnviros.
Restava o senado: A extensão da laticlava foi restringida:
Aquêlo cargo era superior às nossas forças”.

Diz-nos, portanto, que foi triúnviro. Havia no entanto, em Roma, nessa época, duas espécies de “triumviri”: “Triumviri capitales” e “triumviri monetales”, aquêles encarregados de funções policiais, particularmente noturnas, e êstes, da cunhagem de moedas. Não se sabe com segurança a qual das duas categorias pertenceu Ovídio. O que é certo, porém, é que pertenceu e se houve de modo particularmente brilhante, no seu próprio dizer, ao tribunal dos “Centumviri”:

“Nec male comissa est nobis fortuna reorum
Lisque decem deciens inspicienda viris.
Res quoque privatas statui sine crimini iudex,
deque mea fassa est pars quoque victa fide”

(Trist. II, v. 93-96).

“Nem a sorte dos reus e o processo que teve de ser examinado por cem homens, foram mal confiadas a mim. Decidi também sem censura, como juiz, questões particulares e a parte condenada ficou convencida da minha integridade”.

Por princípio, o direito de julgar pertencia em parte ao povo e em parte aos magistrados. A jurisdição da época republicana, era própria do Senado e dos Comícios, dos censores, dos cônsules, dos “ediles curules”, dos questores, do grande Pontífice, do pretor peregrino e do pretor urbano.

Essas magistraturas antigas, com exclusão da censura, foram tôdas mantidas durante o Império. Na época de Augusto os membros do senado continuavam a ser recrutados dentre os antigos magistrados. Tinham certo poder legislativo e lhes foram dadas algumas novas funções, como a vigilância da cunhagem do cobre e administração da metade das províncias. Por outro lado, os sena-

dores perderam a direção das finanças, e, naturalmente da política externa.

Os cônsules, tendo perdido algumas de suas funções administrativas, receberam, no entanto, mais largo poder judiciário. Com a eleição anual de muitos pares de cônsules, grande parte da sua autoridade estava também suprimida.

Os pretores não podiam julgar sem apêlo.

Os questores perderam a vigilância do tesouro e se tornaram simples secretários de finanças do Imperador, dos cônsules e dos pró-cônsules.

Os tribunos, se bem que conservassem o seu direito de veto, não tinham mais ocasião de exercê-lo.

Aos edis foi tirada a presidência dos jogos públicos e da distribuição do trigo, não lhes restando senão a polícia das ruas, limitada ainda pela criação de uma fôrça policial, os vigias, comandados por um prefeito — uma das inovações de Augusto, dentro da hierarquização do funcionalismo, por êle iniciada.

Esta diminuição do poder próprio de cada magistrado republicano era, naturalmente, a conseqüência da acumulação de poderes e funções nas mãos de um só homem, a quem Roma se entregara espontaneamente, acreditando-se ainda vestida com trajes republicanos: Augusto era o cônsul, era o tribuno, era o “princeps senatus”, era o “Pontifex Maximus”, mas não era o Imperador, no sentido moderno da palavra.

Na época republicana, o pretor urbano era o juiz principal em Roma e a êle competia julgar tôdas as causas civis. Não era, porém, êle em pessoa, que o fazia, mas um “iudex” ou um juri de “recuperatores”, nomeados especialmente pelo pretor urbano.

Algumas questões, eram, no entanto enviadas aos “Cemtumviri” ou aos “decemviri stlitibus iudicandis”.

Os “centumviri” eram 105 homens escolhidos provavelmente por sorte para formar um juri. As causas atribuídas ao julgamento dêsse tribunal eram em geral delicadas e exigiam um estudo cuidadoso.

Os “decemviri stlitibus iudicandis”, que Augusto reuniu aos “centumviri”, eram, na origem, um conselho jurídico, a cuja consulta recorriam os tribunais. Depois se tornou o juri a que se atribuíam as questões relativas à liberdade pessoal. A êste juri pertenceu Ovídio, se é exata a lição dos *Fastos*, IV, 380.

Inútil é dizer-se que tôdas essas funções eram, de início, absolutamente gratuitas, o que levava os romanos, nesta época isenta de entusiasmo cívico, a desprezarem o exercício delas por especulações mais rendosas nas províncias ou por simples “far niente” em Roma. Ovídio, que também desprezava as atividades econômicas, incompatíveis com a dignidade de velho cavaleiro, era naturalmente, dêstes. Todavia, enquanto no exercício das funções jurídicas, o seu amor próprio não lhe permitiu descuidar dessas magistraturas, tanto mais quanto elas lhe permitiam sentar-se no forum, entre persona-

gens importantes. Este fausto das aparências era o que realmente interessava ao espírito ligeiro do poeta.

É difícil achar em Ovidio alguma coisa que seja realmente profunda e sincera, a não ser o seu desêjo de Roma, tanto mais amada quanto mais distante, nimbada pelas recordações do poeta exilado.

III

Religião e filosofia sob Augusto. A posição de Ovidio.

Administrador sensato, ao mesmo tempo que oportunista e bom calculador das suas possibilidades, Augusto deve às qualidades pessoais a glória que construiu, não no campo de batalha, mas entre seus bem escolhidos ministros. Não lhe podia escapar, pois, a importância do problema religioso, que, a êsse tempo, já se apresentava complexo e trazia os germes da próxima decadência.

Vêmo-lo dedicado à ressurreição da velha religião pagã, em defesa da qual procura ao mesmo tempo, afastar ou limitar a prática de outros cultos estranhos e impedir a entrada de novos. Cético, êle próprio, em matéria religiosa — a sua vida e a sua morte o provam — era no entanto, bastante perspicaz e percebia que, se para êle a religião não era uma real necessidade de espírito, para o povo era um fator de capital importância. Ele é o Sumo Pontífice e será um deus. Sem sugerir, pròpriamente e muito menos impor, Augusto percebeu que, do seu ponto de vista — o da restauração do Estado Romano em bases sólidas — isto era vantajoso. E assim, quando começaram a surgir nas províncias ou na própria Itália, tentativas de deificação da sua pessoa, Augusto, formalista, mas também refratário às demonstrações excessivas não as coibe; talvez as interpretasse como um mal necessário, ou, pelo menos, útil.

Assim como Horácio e Vergílio, possivelmente sob sugestão de Mecenas, cantavam as duas bases do poderio do povo romano — a agricultura e a guerra — contribuindo assim para o coroamento da obra de Augusto, também Ovidio vai lançar mão da mitologia, com o mesmo fim.

Em vão se há de procurar em Ovidio os traços que distinguem os antigos romanos: espírito profundamente religioso orientado no sentido do utilitário, através de uma atividade incansável. Aliás, que ninguém seja levado a pensar que Ovidio era a única expressão da decadência de um povo penetrado por uma civilização superior, é certo, mas diferente e apodrecida nos seus fundamentos.

Em matéria religiosa é um indiferente. Não odeia a religião como Lucrécio, violento nos seus impulsos, mas sincero nas suas paixões. Por um lado, se se confessa temente às antigas divindades, — e, no exílio lamenta não estar entre os adoradores de Baco, êle, que era um dos principais do culto (*Trist.* v. 3) — por outro rebaixa os deuses para elevar a êles Augusto, de quem implora a misericórdia.

Divinizar os grandes homens era próprio dos romanos, e Ovídio nada mais fêz do que seguir e exemplo de todos, incidindo, porém, no êrro psicológico de ignorar o horror de Augusto às apoteoses excessivas.

Nenhum ardor de fé, nenhuma exaltação mística, distingue, porém, as súplicas que dirige aos deuses. Isto poderia ser interpretado como fé simples, natural, gerada pela admiração muda do homem ante a frescura da água e a fertilidade da terra. Mas não. Essa simplicidade está longe do espírito complexo de Ovídio. Ovídio crê por inércia, digamos assim. Não tinha uma fé especial, um Deus preferido e poderia dizer como Horácio:

“Parcus deorum cultor et infrequens
Insanientis dum sapientiae
Consultus erro”

(Odes, Livro I. XXXIX).

“Adorador negligente e raro dos deuses,
Eu me perco, imbuido de uma louca sabedoria”.

Seus deuses são deuses romanos e gregos, misturados na mesma orgia das paixões e catalogados no Olimpo, como em Roma os magistrados. Essa falta de cerimônia, não exclusivamente romana de se fazerem partícipes os deuses, dos sentimentos e emoções humanas, em Ovídio é tanto mais freqüente quanto a tendência principal do seu espírito o voltava exatamente para o terreno afetivo. Nas *Metamorfoses*, Ovídio se compraz em pintar os quadros pitorescos dos amores escandalosos dos deuses gregos, os ciúmes e as vinganças divinas. Nos *Faustos* são os antigos cultos romanos, alguns dos quais profundamente realistas, na crueza das suas expansões primitivas. Celebrando-os, não deixa, no entanto, o poeta, de revelar o seu temperamento não propriamente irreligioso, falando do ponto de vista romano, mas indiferente:

“Laudamus veteris, sed nostris utimur annis”

(*Faustos*, I. 225):

Já dissemos que, com esta obra de fundo religioso e profundamente nacional, Ovídio pretendia colaborar juntamente com Vergílio, para o êxito da campanha empreendida pelo Imperador em prol da romanidade legítima. Não deixa, porém, passar a oportunidade de comparar Augusto a Rômulo, ao lhe ser conferido o título de “*parens patriae*” —:

“hoc tu per terras quod in aethere Iupiter alto
Non habes: hominum tu pater, ille Deum”

(*Faustos*, II. fevereiro).

“Tens na terra o mesmo nome que Júpiter no alto céu:
Tu, pai dos homens, êle dos deuses”.

Era, no entanto, difícil a obra que Augusto se propunha realizar. É que não datava do Império a invasão religiosa em Roma. Influências estranhas Roma sempre sofrera, desde que, nas suas conquistas se projetara para fora da península. Já num período anterior a este não se podem negar influências externas e particularmente orientais, sobretudo quando se encara o problema etrusco e as relações com as cidades gregas do sul da Itália, principalmente Cumas, com a qual, desde muito cedo, Roma entrou em contacto.

O paganismo romano era múltiplo e isto se observa com maior nitidez à medida que se caminha para o fim do Império. Mas desde o tempo dos Severos o problema religioso começa a inquietar os que estudam a História Romana.

Por essa ocasião, a par das antigas lendas indígenas — que por tanto tempo satisfizeram um povo simples e ingênuo como suas crenças — existiam agora inúmeras religiões estrangeiras. E, ao lado do templo oficial, começam a erguer-se outros, consagrados a divindades vindas das várias partes do mundo, sempre que, numa ocasião de perigo, com o recrudescimento da devoção, era preciso recorrer ao poder possivelmente mais eficiente de um novo deus ou de uma nova filosofia.

Assim foi trazida para Roma a deusa nacional da Frígia, a deusa-Mãe Cibele; assim vieram posteriormente, do Egito, Isis e Serapis; depois, da Síria, Atargatis e Baal; da Pérsia, Mitra, e, da Babilónia a astrologia e a magia. É o que nos conta Ovídio aos *Fastos*.

Estranha, à primeira vista, que povos antigos, cuja idéia de deus estava, em geral, unida à idéia de pátria, tenham admitido com tanta facilidade, a concorrência de deuses estrangeiros, que representavam potências estrangeiras.

As causas são várias: religiosas pròpriamente ditas, económicas e morais. Infelizmente não nos podemos deter nelas, porém, podemos assinalar o que parece evidente: essas novas religiões satisfaziam mais do que o velho paganismo greco-latino os sentimentos, a inteligência e a consciência.

O espírito romano alargado desmesuradamente pela conquista, ansiava por novos horizontes. Esse estado receptivo acabou permitindo o advento de doutrinas filosóficas aparentemente incompatíveis com o meio romano, por importadas de um ambiente diverso, do qual era o fruto e a expressão exata. Entram, assim, em Roma, o estoicismo, o ceticismo, o pitagorismo e o epicurismo.

Se isto no século II era o começo, nas vésperas do cristianismo era uma realidade. Augusto, com a tolerância que é apanágio das grandes inteligências, não procurou uma fórmula violenta para cercar a invasão. E isto foi mais possível, quando, com a morte de Lepidus, "Pontifex Maximus", Augusto se tornou a suma autoridade religiosa. Fêz parte de sua campanha religiosa, então iniciada, a abolição dos falsos oráculos sibilinos e a colheita por intermédio de um pretor, de todos os restantes. Dêstes, alguns, julgados autênticos, foram respeitosa e guardados no templo de

Apolo, e os demais, queimados. É que o próprio Augusto acreditava neles. Não fizera êle publicar oficialmente o seu horóscopo feito por Nigidius Figulus?

Nigidius Figulus, além de astrólogo era pitagórico. O pitagoricismo, renascido na época imperial, e cuja expressão mais acentuada se encontra na seita dos Sextii, aparece definido em Ovídio, no canto XV das *Metamorfoses*, do verso 10 em diante. Nesse passo o poeta decreve o estabelecimento de Pitágoras na Itália, explana sua filosofia e explica a metempsicose e suas conseqüências.

O povo, porém, não pode jamais acompanhar os Sextii na sua filosofia abstrata. Preferia interpretar os sonhos, as entranhas dos animais, os vôos das aves, como fizeram Rômulo e Remo, segundo Eutrópio, e como outrora Helena, ao partir Telêmaco do reino de Menelau para Ítaca, onde o devia esperar destino feliz.

Ambiente de incerteza na procura da verdade, apregoada pelas crenças mais absurdas e contraditórias, cuja multiplicidade só era ultrapassada pela multiplicidade de deuses, tudo parecia conduzir a um monoteísmo universalista.

A primeira forma de monoteísmo em Roma surgiu com o judaísmo.

Nos princípios da nossa era, Roma contava com numerosíssima população judaica. As relações com os judeus, porém, eram muito anteriores: datavam da primeira metade do século II, (162, mais ou menos). Desde então muitos tratados uniram os interesses políticos dos dois povos. Em 138 já muitos hebreus se encontravam em Roma e o seu proselitismo era tão ardente que o govêrno de Roma, nessa época pouco favorável às religiões estrangeiras, terminou por expulsá-los. Mas esta medida parece ter sido provisória, visto que, nessa época e alguns anos depois (128) foram negociados novos tratados entre Roma e Jerusalém. Em 62, com a tomada de Jerusalém por Pompeu, numerosos prisioneiros entram em Roma, no triunfo do Imperador. Em 58, a colônia era tão numerosa e turbulenta, que Cícero, defendendo Flaco, adversário dos judeus, baixava a voz de vez em quando para não ser compreendido pelos hebreus que enchiam o forum (Cíc. *Pro Flacco*, 28: "sabe-se quão grande é a multidão e a união quanto vale na assembléia; assim, falarei em voz baixa, de modo a fazer-me ouvir sòmente pelos juizes"), pois julgava que era "coisa gravíssima para a república desprezar às vêzes a multidão de judeus tumultuantes nos comícios" (idem, *ibidem*).

Trinta mil judeus prisioneiros e vendidos em 51 por um legado de Crassus, aumentaram, sem dúvida, a população israelita de Roma.

César se apoia nos judeus, nas suas guerras civis, e os acumula de favores.

Segundo os próprios judeus, Augusto continuou a política de seu tio: recomendou, conforme Filão, que êles não fôssem esquecidos nas liberalidades feitas ao povo em seu nome e quis que, se a

distribuição caisse num sábado, fôsse retardada para não ofender a consciência dêles (Filão — *Legat. ad Caium*).

Conta-se que Agripa, genro do imperador e seu mais íntimo confidente, por ocasião da sua viagem à côrte de Herodes, fêz sacrifício de cem bois. E o próprio imperador fundou um sacrifício diário perpétuo, de um touro e dois cordeiros (*op. cit.*).

Suetônio conta, porém, que Augusto louvou seu neto Caio, pelo fato de que, passando por Jerusalém, não ter oferecido um sacrifício ao deus dos judeus. Sem dúvida, temia pela alma impressionável do jovem ante os progressos do proselitismo israelita, e mais, que Caio, transformasse num ato sincero de religião, algo que nada mais era senão um sinal de respeito ditado pela sua política.

Aos olhos dos romanos, pouco habituados às delicadezas e aos ardores comunicativos do sentimento religioso, fechados nos estreitos limites de um culto puramente civil e laico, o proselitismo dos judeus era uma coisa estranha. (Paolo Allard — *Storia critica delle persecuzioni*.)

A nova crença invade tôdas as classes sociais, mas sobretudo as mais altas, aquelas onde se encontravam mais almas que tinham descoberto o vazio das fórmulas oficiais, sob as quais se escondia o paganismo romano.

A religião judaica, tão exclusivista e aparentemente tão fechada, que por essa época, oprimia os seus adeptos sob o pêso de uma vigilância quase insuportável, era, ao contrário, amplíssima e hospitaleira para os estrangeiros.

Todavia, porquanto fôssem efêmeras tais conversões, a pouco e pouco em Roma se espalhou o contágio dos costumes judaicos, até o ponto de darem às vêzes um aspecto particular à cidade. Todo sábado, em certos quarteirões parecia fechar-se todo trabalho e por isso Fuscus Aristius, encontrando-se com Horácio, não quer falar de negócios com êle (Horácio — *Sátiras*, I, v. 69). Nos dias que grandes solenidades judaicas se iluminavam muitas casas (*id., ib.*).

Não há um só poeta da época de Augusto que não fale do sábado como uma observância de moda. Tibulo o faz (I, v. 3) e Ovídio mais de uma vez. Na *Ars Amandi* aconselhando determinados lugares aos amantes, recomenda-lhes entre outros, as festas dos judeus no sétimo dia:

“Culatque iudaeo septima sacra Syro”

(*Arte de Amar*, I - v. 76).

E versos depois:

“Tu licet incipias, qua flebilis Allia luce
Vulneribus Latii sanguinolenta fuit,
Quaque die redeunt, rebus minus apta gerendis,
Culta palaestino septima festa Syro”

(*Arte de Amar*, I - v. 413/416).

Nos REMEDIA AMORIS volta ao mesmo assunto:

“Nec pluvias, nec te peregrina morentur
Sabbata nec damnis Allia nota suis”.

(Remedia Amoris, v. 219).

Contrariamente ao que se poderia esperar, não foi, no entanto, notável o resultado prático, do proselitismo judaico. Contribuiu para isso o seu espírito comercial, ganancioso, que despertava oposição em Roma. Preparou, é certo, o caminho para o cristianismo, limitando-se, porém, a esse papel de baterdor.

Se bem que sincera e bem intencionada, a obra restauradora de Augusto, e embora contasse com o apôio de seus ministros e dos seus poetas, frustou-se, no entanto, na sua parte religiosa. Reavivaram-se cultos esquecidos, é certo. Coibiram-se abusos. Incentivou-se a fé, louvou-se a tradição. A crença não é, porém, resultante de um decreto. Se as religiões antigas foram abandonadas é que já não bastavam às exigências do espírito romano. Se se proibiam ou dificultavam os cultos estrangeiros, era preciso compensar esse vazio que paradoxalmente enchia a alma dos romanos. Esta verdade que Augusto não soube compreender fêz improficuos os seus esforços.

IV

Ovídio entre os poetas latinos. — A poética de Ovídio. — A elegia em Roma. — O papel de Ovídio na literatura latina e na literatura medieval.

Nascido entre os pelignos, em Sulmona, a 43 a. C., Ovídio pertence, cronologicamente, ao período que Cícero situa entre 81 a. C. e 17 d. C., e retrata da seguinte forma: “Influxit non tenuis quidam e Graecia rivulus, in hanc urbem sed abundantissimus annis illarum disciplinarum et artium” (Cic., “*De Re Publica*”, II, 19).

Estas palavras, embora referentes, na intenção do orador, a uma época um pouco anterior, define precisamente o período áureo da literatura latina, aquêlo em que o triunfo do helenismo se casa à maturidade do espírito romano. É o pensamento grego que floresce em Roma, não através do psitacismo enervante dos incapazes, mas sob o influxo fecundante do gênio romano: “Semper cum Graecis Latina coniunxi, neque id in philosophiam solum, sed etiam in dicendi exercitationem feci”. (Cic., “*De Officiis*”, I, 1).

Se, porém, cronologicamente, Ovídio pertence ao chamado século de Augusto, deve ser considerado, pela sua formação, quer moral, quer artística, o último grande representante da literatura alexandrina em Roma. Realmente, Ovídio reflete — apesar da riqueza do espêlho, — tôdas as fraquezas que solapavam os primórdios pacíficos do novo regime instaurado por Augusto.

É um “bon vivreur”, e, êle mesmo o diz, “meu organismo não era resistente, nem meu espírito apto para o trabalho; eu era ave-

so à ambição agitada, e as Musas me aconselhavam a procurar os ócios sempre apreciados pelo meu caráter”:

“Maius erat nostris viribus illud onus
Nec patiens corpus, nec mens fuit apta labori
Sollicitaeque fugax ambitionis eram,
Et petere Aoniae suadebant tuta sorores
Otia, iudicio semper amata meo”

(Trist. IV, 10, v. 30...).

Amolecido pelo ansêio de paz e de prazeres, abandona, por se julgar incapaz disso, as funções civis. É o mais forte indício que nele se encontra da decadência política do seu tempo esta negligência, esta indiferença, em relação às coisas do Estado, em parte resultante das promessas de paz e de segurança que o filho adotivo de César fazia aos romanos. Horácio fala nos jovens de seu tempo, efeminados pelos hábitos gregos e que abandonavam facilmente os exercícios guerreiros, dignos de um verdadeiro romano: “Romana fatigat militia assuetum graecari” (Hor. *Sátiras*, II, 2.º, v. 10). E Propércio se faz disso exemplo: “eu não nasci com disposições para a glória e para as armas”.

“Non ego sum laudi, non natus idoneus armis”

(I, 6.º, v. 29).

Ovídio deseja ser exclusiva e profissionalmente poeta. E àquêles que ainda pudessem considerar traição o renunciar às funções públicas, dirige-se arrogantemente:

— “Por que me acusais de passar minha vida sem fazer nada, e me chamais preguiçoso, quando eu componho versos?”

— “Por que me quereis mal pelo fato de que, no vigor dos anos, eu não freqüente os campos poeirentos, descuide o estudo das leis e seu palavreado, recuse prostituir minha voz nas lutas aborrecidas do forum?. O trabalho que exigis de mim é dêsses que a morte leva, e eu procuro uma glória imortal; eu quero que meu nome seja cantado sempre e em tódo o universo:”

“Quid mihi livor edax, ignavos obicis annos
Ingeniique vocas carmen inertis opus?
Non me more patrum, dum strenua sustinet aetas,
Praemia militiae pulvurenta sequi,
Nec me verbosas leges ediscere, nec me
Ingrato vocem prostituisse foro?
Mortale est, quod quaeris, opus: mihi fama perennis
Quaeritur in toto semper ut orbe canar”.

(Amores - I, cap. XV, v. 1, 8).

E interessante é notar-se que êste produto refinado dos salões mundanos é o primeiro a expressar conscientemente êsse desêjo eterno dos poetas.

No tempo em que devia entrar para o senado, “Temporis illius colui fovique poetas” (*Trist.* IV-10^o v. 41).

Não se pense, porém, que aparece no ligeiro vate dos encantos de Corina, a nobre aspiração da arte pela arte. Superficial, vivo, espontâneo e fácil, como poeta, Ovídio não pensa em fazer da sua arte senão um passatempo agradável para a sociedade ociosa e viciada do seu tempo, que o aplaude, porque os tempos são bons, e o deixará mais tarde, quando o ferir “o raio de Júpiter”, nas geladas regiões do Ponto, inspirando-lhe as palavras tristes:

“Donec eris sospes, multos numerabis amicos;
Tempora si fuerint nubila, solus eris”.

(*Trist.* I - 3.^o v. 16, 17).

Maravilhosamente armado pelas musas, pois, desde a infância, os versos lhe afluíam como água à fonte:

“Sponte sua carmen numeros veniebat ad aptos,
Et quod temptabam scribere versus erat”.

(*Trist.* IV - 10.^o, v. 25, 26).

Ovídio vai tentar, quando a infelicidade o acolher, abrandar com versos a cólera de Augusto. Serão livros e livros de elegias, que o poeta envia a Roma, na ânsia de se aproximar dela e de se fazer vivo no espírito dos romanos.

Obra prima de adulação, retrato desconcertante da fraqueza de seu espírito, os *Tristes* e as *Pônticas* não conseguiram impressionar o Imperador. São gemidos, são súplicas, são promessas de imortalização que o poeta endereça a Augusto, aos amigos e à própria mulher.

Esta característica máxima das elegias, nas outras obras, graças às circunstâncias, aparece bastante atenuada. O capítulo 10^o do livro XV das *Metamorfoses*, que traz a apoteose do Imperador, é excessivo e repugna aos sentimentos modernos; deve considerar-se, no entanto, que o poeta não fazia mais do que seguir a moda da qual tinham ditado as leis Horácio e Virgílio. Outras características, porém, denunciam o pendor do poeta: costurando com hexâmetros latinos, a velha mitologia grega, não tendo tido sequer o trabalho de recolher os mitos, pois tivera predecessores, êle se sente, no entanto, deslocado. Perde-se em anacronismos e fantasias, sacrificando a verdade histórica à vertigem do verso. O anacronismo ressalta nas *Heroides*, série de cartas que se imaginam escritas pelas heroínas da Antiguidade aos seus maridos e amantes. O autor se vangloria de ter criado êste gênero de literatura que é uma espécie de tentativa de rejuvenescimento da antiga mitologia, atribuindo-lhe sentimentos e usos dos tempos novos.

A mitologia, fundamento das *Metamorfoses* e das *Heroínas*, não é apenas uma característica do poeta, mas da época: era moda saber mitologia ao tempo de Augusto, como no Brasil falar e escrever em francês, até o século passado. Índice de cultura e “*raffinement*”... Assim, nem na *Arte de Amar*, nem nos *Amores* deixa de haver lugar para a mitologia, tanto mais a propósito quanto o poeta procura dela, em geral, os aspectos mais notavelmente maliciosos... É mais um pendor do poeta. Sirvam de exemplo os *Fastos*. Não se trata aqui de mitologia. Na louvável intenção de colaborar com Augusto na obra de reerguimento nacional e religioso, Ovídio empreende a narração e explicação de todo o calendário romano. O que devia, porém, ser um poema didático, torna-se uma série de contos ligeiros, e, talvez graças a isso, de leitura fácil. Evidentemente, nem a forma — dísticos elegíacos — nem a maneira de tratar o assunto são adequadas. Note-se, porém, que o valor dos *Fastos* está na documentação precisa, que representa, a respeito do antigo culto romano.

Uma vez apenas, ao compor as *Metamorfoses*, Ovídio abandona o metro elegíaco pelo hexâmetro. Fê-lo com felicidade, porque, embora diga Pichon que “*Les vers ne lui coûtent rien: les méchantes langues diraient qu’ ils valent ce qu’ ils coûtent*”, Ovídio é realmente um poeta.

O seu gênero preferido é, porém, a elegia. Inútil é dizer-se quão longe está da antiga elegia grega a obra de Ovídio, que dela só guarda a forma. Na Grécia, e de começo, a elegia era a expressão vibrante dos sentimentos guerreiros. Assim é com Calino, o primeiro dos elegíacos gregos, e com Tirteu. Em Arquíloco, que além de jambógrafo foi também elegíaco, a elegia toma, pela primeira vez, um caráter mais amplo. O mesmo acontece com Simônidas, na única elegia que dêle possuímos, e, sobretudo com Mínermo de Colofão, que, nos fins do sétimo século a: C., à expressão de sentimentos marciais e patrióticos, acrescentou a primeira nota melancólica: a lamentação da brevidade da vida e dos prazeres; e insere nos seus versos o nome de uma mulher. Não se faz, porém, ainda, análise de paixão amorosa, mas, do desespero causado pela fuga da juventude e do amor. Com Antímaco, posteriormente, predomina o caráter narrativo que vai caracterizar tôda a produção elegíaca dos alexandrinos. E dêste tronco vem a elegia da época imperial, que, em breve, abandonaria o seu objetivismo para ser unicamente a expressão das paixões do próprio poeta. Tal acontece com Galo, Tibulo, Propércio e Ovídio, segundo o testemunho dêste, que na elegia 10º do Livro IV, v. 51, 54, assegura para si o quarto lugar cronologicamente, — depois daqueles três:

“*Nec amara Tibullo
Tempus amicitiae fata dedere meae
Successor fuit hic tibi, Galle; Propertius illi;
Quartus ab his serie temporibus ipse fui*”

Através dos quatro elegíacos pode observar-se, perfeitamente, a decadência do gênero. Subjetiva em todos êles, a elegia é totalmente diversa em cada um. Parece que a Gallus se deve a transformação interna que faz distinta da grega, a elegia romana. A êle se refere Vergílio nas églogas VI e X, aqui, como uma das mais altas vozes de amor da poesia latina.

Em Tibulo desaparece por completo tudo que ainda lembrava o antigo gênero nascido da poesia épica: o vigor e a sobriedade elegante. Faz-se trivial e fluida, agradável e superficial, mas sobretudo, maliciosa e ardente, se bem que não possua a sinceridade encantadora que aparece em Catulo.

Com Propércio, o preciosismo invade a elegia. Mais real do que Tibulo, na expressão dos seus sentimentos, e nisso superior ao amante de Nemésia e Délia, mais evidente é, nele, a decadência da elegia: acentua-se o mau gosto da erudição e a sutilidade engenhosa do estilo.

São estas as qualidades e defeitos que se irão agravar em Ovídio. O cantor de Corina não é menos erudito nem menos sutil que o de Cíntia. Mas se Propércio é profundo nas suas emoções e real na expressão delas, Ovídio esquece a própria desgraça quando lhe acode ao espírito alguma bela tirada mitológica. Bêbedo de fantasia, enredado nas teias das suas próprias palavras, sacrifica a sinceridade à plástica do verso. Encanta os olhos e fica morando no ouvido como na concha o mar sonoro. Nunca teve alguma coisa que dizer ao espírito.

Seria, porém, preciso que os seus contemporâneos, tivessem o espírito à espera disso para que sentissem falta e exprobassem a Ovídio a sua superficialidade brilhante. Mas se Ovídio era o ornamento primordial daquele mundo de "preciosas ridículas", que o aplaudia e imitava, que nada esperava dêle senão galanterias picantes e conselhos de estratégia amorosa?

É freqüente ouvir dizer que o classicismo é superior às demais escolas dentro de uma literatura; não porque seja superior em si, mas, simplesmente, porque, segundo os seus preceitos, é mais fácil — se se conseguir escapar ao perigo constante da artificialidade, — atingir êsse ideal de harmonia e equilíbrio que produz obras primas. Se a miragem for irresistível, se o artista não conseguir furtar-se, se se entregar, caiu no plágio, na repetição dos mesmos temas que, desenvolvidos segundo os mesmos métodos, mas já sem ressaibo algum, de originalidade, determinam, verdadeiras etapas de decadência artística.

É natural, porém, que nem todos possam imprimir às obras que moldam o sinete da arte verdadeira. É natural que somente alguns sejam gênios e que depois dêles venham os imitadores. E assim, depois de um período de esplendor, vem, quase sempre, imediatamente a decadência, sem um longo período de transição. Não é preciso ir à literatura grega, latina, francesa ou italiana, para bus-

car exemplo: o classicismo português e o gongorismo que lhe seguiu é o melhor dêles.

O classicismo produziu em Roma, Vergílio, Horácio, Cícero, César. Parece natural que viesse logo Ovídio, contendo em si todos os germens da corrupção literária, embora muitos ainda latentes. Mas natural, também, era que ninguém percebesse isso; ao compor Marini o *Adone* houve quem dissesse que Tasso fôra a aurora de um dia pleno que agora se revelava.

Não se compare, porém, Ovídio a Marini. Para se compreender a improcedência de tal confronto basta lançar os olhos pela Idade Média. Ver-se-á que não foi infrutífera a obra de Ovídio. Buscando uma explicação para a origem do lirismo medieval na teoria clássica ou greco-latina, compreendemos como se deu a apropriação do lirismo greco-latino trazido pela civilização romana às diversas regiões submissas ao Lácio. Do mesmo modo que a velha língua latina, em cada região, trabalhando o substratum local produziu as línguas românicas, assim também o velho lirismo clássico se transformou, em cada região, sob influências dos diversos fatores, num lirismo renovado e independente. “A cultura latina estava muito viva e espalhada na Provença: Vergílio e Ovídio eram os dois mais lidos e imitados, ao ponto de o grande abade reformador daqueles tempos, Odo, de Cluny, no século X, comparar Vergílio a uma taça de ouro brilhante mas cheia de serpentes envenenadoras; e os trovadores deram a Ovídio o nome de Papa Nasão. Vossler, estudando a obra poética de Bernardo de Vantadorn, o maior poeta provençal, encontrou nela todos os artifícios amorosos da lírica ovidiana. Graças ao domínio da Igreja, então absoluto, tôda a contribuição literária, só chegava às massas através do filtro depurador (ou deturpador. . .) do catolicismo. O maior trabalho foi, então, substituir êsse amor voluptuoso, ovidiano, pelo amor platônico, desinteressado, e espiritualizado do homem para a mulher” (Notas fornecidas pelo Prof. Silveira Bueno).

Ora, se êste foi o fruto da obra de Ovídio, na Idade Média, obra de entusiasmo e criação, dentro de uma época de fermentação surpreendente, algum deve ser o seu valor.

Realmente, quando se lê Ovídio, com lentes de historiador — ainda que de empréstimo. . . — acha-se nele muita coisa viva, quente e vibrante ainda, que precisa de ser recolhida, do meio da trivialidade comprometedora, embora justificável.

V

A vida moral em Roma. O exílio de Ovídio.

Uma das mais sérias tarefas que Augusto se propôs realizar foi o reerguimento moral da sociedade romana, tarefa tanto mais difícil quanto devia começar por sua própria casa.

Os casamentos de conveniência política ou pecuniária, os repúdios assustadoramente freqüentes, o decréscimo da natalidade, a licença de todos os costumes não eram fatos nascidos no Império. De longa data já não havia mais em Roma mulheres da espécie de Cordélia, Lucrecia ou Paulina. A Augusto porém, esta realidade impressionou mais do que a ninguém. E é com os olhos postos nas virtudes antigas que fala ao povo e ao senado e impõe leis contra o adultério e em favor do casamento e da fecundidade das famílias.

Augusto não era nenhum Catão censor, nenhuma Lucrecia de barbas. Afirma Suetônio, na *Vida dos doze Césares*, que Augusto explicava aos amigos os seus freqüentes adultérios como um cálculo pelo qual obtinha os segredos dos maridos através das revelações das mulheres.

Em si, porém, Augusto já considerava realizada a obra, uma vez que, obtida Livia, se bem que de modo pouco elegante, talvez cansado dos excessos da mocidade, êle se recolhera à austeridade de uma vida frugalíssima.

Ovídio, porém, não havia ainda chegado a essa época de satisfação ou saciedade. Era muito moço ainda, e, se louvava os costumes antigos, preferia viver à moderna. Chamava à sua época, idade do ouro, pois, “com o ouro se obtêm honras e com o ouro se procura o amor” (*Arte de Amar*, I-269); sentia-se feliz nela.

“Prisca iuvent alios: ego me nunc denique natum
gratulor; haec aetas moribus apta meis”

(*Arte de Amar*, III, 121, 122).

“Que outros tenham saudades da antiguidade:
Quanto a mim, eu me felicito por ter nascido
Neste século que convém aos meus gostos”.

Ao mesmo tempo em que Augusto ordena que se leia em público o “De Prole Augenda”, discurso de Metelo, sobre a necessidade de se multiplicar a espécie, Ovídio exclama:

“... e a prole! A terra cansa de dar fruto
após fruto: tal fecundidade envelhece as moças”

(*Arte de Amar*, III).

Ao mesmo tempo que Augusto pune o adultério, Ovídio, escreve um livro exatamente para ensinar as regras da estratégia amorosa. Aconselha os maridos a confiarem mais em suas mulheres e a deixar de lado tantas preocupações inúteis:

“Aquêle que se aborrece porque sua mulher tem amantes, não sabe viver e não conhece os costumes de Roma”.

(*Arte de Amar*, I, v. 13, 14...).

Certamente Ovídio pensava como Plauto, que disse haver em Roma, no tempo das guerras púnicas, mais cortesãs do que moscas no verão.

Se bem que êle se gabe de respeitar as leis e afirme:

“Nec quisquam est adeo media de plebis maritus
ut dubius vitio sit pater ille meo”.

(Trist., II, 351-352).

“Não há marido algum, mesmo dentre o povo, que,
por culpa minha seja pai equívoco”,

acha que tôdas as mulheres são fáceis e tôdas se obtêm:

“Não te acovardes, pois todas são vencíveis; há por mil que se dão uma que não se dê”, e, “seja artigo de fé que tôdas as mulheres podem ter-se, e as terás se souberes armar a rêde”.

(Arte de Amar).

Não se deve, porém, tomar como padrão a mulher romana descrita por Ovídio, mesmo porque o próprio poeta se explica: “— mais uma vez afirmo que não se trata aqui senão de prazeres permitidos por lei: minha musa ligeira se excusa de gracejar com as mulheres honestas” (*Arte de Amar*, II, v. 597).

Se Ovídio julga necessário esclarecer tão enfaticamente que não se dirige a estas mulheres, é que elas existiam, e só êste fato já exigia uma explicação. Realmente, os primeiros versos da *Arte de Amar* são mais que um aviso, são um conselho às donzelas e senhoras virtuosas:

— “Afastai-vos daqui, vós que trazeis as bandeirinhas, insígnia do pudor, e que uma longa veste cobre até os pés”.

Êste mesmo conselho repetirá nos TRISTES, quando se quer desculpar perante o Imperador:

— “Este procul, vittae tenues, insigne pudoris
Quae tegis medios instita longa pedes”.

(Trist. I, v. 247-8).

Como fruto de tal sociedade, uma *Arte de Amar* era de esperar-se. Taine teria bem exemplificada sua teoria na obra de Ovídio, evidente produto do meio, da raça e do momento histórico. Conseguem escapar a êstes três fatores sòmente os gênios, e Ovídio não era um gênio.

Procurando interpretar os gostos dos seus contemporâneos e tomando, evidentemente, os seus por base, Ovídio vai ensinar a sociedade romana a amar.

Indicar-lhes os lugares que devem ser preferidos: o pórtico de Pompeu, o de Marcelo, o de Lúvia, as festas dos judeus, o templo de

Isis, o de Diana, o Forum, o teatro, o circo, a arena, os banquetes, o golfo de Nápoles — lugar elegante de veraneio — e tantos outros (*Arte de Amar*, I.).

Diz-lhe como se há de vestir, pentear e até portar-se.

Aos jovens, ensina métodos de conquista segura: de início, aú-dácia e muita hipocrisia; depois, para se conservar o que se ob-teve, se não se tem beleza — e mesmo que se tenha, porque ela é efêmera — a cultura do espírito, alguns gestos de heroísmo inútil, presentes poucos, mas bem escolhidos, mil cuidados, nenhum ciúme, e promessas, principalmente promessas.

As jovens podem aproveitar muito dêsses conselhos. Além disso, devem saber como pintar-se e recorrer a todos os proveitos que a conquista romana proporciona: o ouro arrancado abundantemente às minas; as púrpuras de Tiro, as pérolas do Oriente, as plan-tas da Germânia, que dão belo colorido aos cabelos; devem saber dançar, jogar, cantar e conhecer os poetas: Calino, Safo, Propércio, Galo, Tibulo, Varrão, Vergílio e Ovídio, é natural (*Arte de Amar*, III — v. 315 e seguintes).

G. Boissier acredita que a publicação da *Arte de Amar*, indi-cada na ordem de exílio como uma razão dêle, de certo modo o é, realmente. Se outros motivos de ressentimento não tinha o Impe-rador contra o poeta, êste bastaria. Não estava, então, Ovídio tra-balhando para impedir, ou, pelo menos, dificultar o êxito de sua obra moralizadora? Embora o poeta alegue mais tarde, nas suas elegias que não rezava a sua vida pelos seus livros:

“Crede mihi, distant mores a carmine nostri:
Vita verecunda est, musa iocosa mea”

(Trist. II - 3, 5, 4.)

“Acredita-me: meus costumes são diferentes
da minha poesia. Minha vida é honesta, minha, musa ligeira”,

isto era o que menos importava. Em Roma, não haveria apenas um Ovídio que praticasse a *Arte de Amar*, mas um apenas capaz de escrevê-la. Exilar todos os que transgredissem as suas leis mo-raais era impossível a Augusto. Exilar, porém, aquêles que aconse-lhavam os demais a fazê-lo, isto sim, Augusto realizou em Ovídio.

Na longa epístola que lhe dirige do exílio, Ovídio afirma que mulher alguma aprendeu o adultério, sendo êle o mestre:

“Sed neque me nuptae didicerunt furta magistro”

(Trist. II, 347).

Sua obra não se destinava às damas romanas, que até foram prevenidas da inconveniência dela, já pelo título (“*Ars Amandi, Amores, Remedia Amoris*”) já pelo aviso que êle teve o cuidado de

inserir logo nas primeiras páginas. “Aquele que se utilizar das regras expostas, posto que não seja ensinada, há de se encantar, — poderão objetar. Mas nesse caso nada poderá ler: todo verso levará à corrupção aquela que se inclina a isso. Se ela tomar os *Anais*, saberá como Réia Sílvia se tornou mãe; se tomar outro livro onde aparece a primeira mãe dos romanos, indagará porque a bela Venus foi a mãe dos romanos. Além disso, suprimam-se os espetáculos, fontes de corrupção; suprima-se o circo, onde muitas vezes uma jovem se encontra sentada junto de um homem desconhecido; suprimam-se os pórticos, lugares de encontros amorosos, Até os templos — lugar santo — podem trazer lembranças torpes das aventuras dos deuses. Tudo pode perverter os caracteres pervertidos. Entretanto, lá ficara o aviso que devia vedar a leitura às mulheres honestas. Se alguma se aventura, a culpa é sua. Se bem que às mulheres virtuosas não seja permitido fazer coisas que não devem ser feitas, não é crime ler versos amorosos. Frequentemente a matrona austera, vê mulheres nuas e prontas para toda espécie de prazeres de amor; os olhos das vestais percebem corpos de meretrizes. Isto, no entanto, não é motivo de castigo para ninguém. Por que então, somente em meus versos a licenciosidade é excessiva? Tantos cantaram amores por toda a Grécia e toda a Itália, e ninguém foi castigado. As pantominas ignóbeis em que a mulher astuta engana o marido imbecil, na presença da virgem, da senhora casada, do marido e da criança e à qual o senado todo assiste, o pretor comprou em nome do Imperador por alto preço. Será que o palco torna inofensivas estas produções?”

(*Trist.* II, v. 275 e seguintes).

Realmente, Ovídio tem razão. Havia em Roma muitas fontes de corrupção. Era, porém, preciso um exemplo. Suprimir certos espetáculos era medida inócua, porque, sem atingir ninguém a ninguém beneficiava: fazia voltar apenas a sociedade romana para outros prazeres. Exilar, porém, um poeta famoso, sob acusação de corromper os seus contemporâneos, e atirar com êle para as gélidas regiões do Ponto, permanecendo depois surdo às suas súplicas, para avultar com o castigo duro o tamanho da culpa, isto sim, era da parte de Augusto um gesto que valia por um símbolo e por uma advertência.

Esta, foi, portanto, a causa oficial do exílio do poeta. O próprio Ovídio, entretanto, se encarrega de fazer supor que houve outra, e, a respeito desta, tudo o que se pode fazer são hipóteses.

Na sua obra do exílio, Ovídio se refere ora à publicação da *Arte de Amar*, ora a um erro, que êle chama vagamente, de imprudência ou indiscreção:

“*Perdiderunt cum me duo crimina, carmen et error*”.

(*Trist.* II, 1.º).

Nesta e outras alusões é que se baseiam os autores das hipóteses mais fantasistas.

Alguns, fundamentados nas palavras do poeta:

“Inscia quod crimen viderunt lumina, plector,
Peccatumque oculos est habuisse meum”.

(Trist. III, v. 48-49).

acreditam ter sido êle testemunha de um ato deprimente ou indecoroso do Imperador. Esta hipótese parece-nos ficar destruída com a simples conjectura feita por G. Boissier: “qui ne voit d’ailleurs que, s’il était question d’une mauvaise action d’Auguste, Ovide n’en dirait rien ou chercherait à l’atténuer? Au contraire, il la qualifie très durement, il l’appelle un crime”.

Outros pretendem ter o poeta surpreendido algum segredo de estado. Apaixonado por Lívia Drusila, mulher de Tibério Cláudio, Augusto promove o divórcio do casal para depois obtê-la. Do primeiro matrimônio ficara, porém, Tibério, para o qual Lívia, ambiciosa e astuta, desejava a corôa. Na sua ambição chegou a conseguir de Augusto, ao qual dominava por completo, o desterro de Agripa Póstumo, neto de Augusto e seu herdeiro natural. Tácito, porém, conta, que o Imperador foi visitar o neto na ilha de Planásia, acompanhado unicamente de Fábio Máximo, o maior amigo de Ovídio. Essa visita importava num segredo de Estado, pois Tibério, adotado já, era o César reconhecido. Por tê-lo divulgado, Fábio Máximo foi levado ao suicídio e Ovídio também ciente do fato pelo amigo, ao desterro. Tudo isto é muito plausível, mas plausível apenas: nada o prova.

Há quem fale em ofensa ao pudor de Lívia, pois ella, mais que o imperador, não via com bons olhos o poeta, e foi talvez graças à sua opposição que Ovídio mesmo depois da morte de Augusto, reinando Tibério, não conseguiu permissão para voltar à Itália.

Outros acreditam ter Ovídio cometido o sacrilégio de, tendo-os surpreendido, divulgar os mistérios de Isis, culto reservado às mulheres e ao qual estaria ligada Lívia.

A hipótese defendida por G. Boissier e pela maior parte dos autores, evidentemente a mais sensata, é a da participação de Ovídio, nos escandalos de Júlia, neta do Imperador.

Ovídio fôra amigo da primeira Júlia, aquella que o pai fora obrigado a exilar para não ver sua obra moralizadora perecer ridiculamente, com o procedimento escandaloso da sua própria filha. No mesmo ano em que Júlia parte, seus amantes e amigos são todos punidos, Ovídio publica a *Arte de Amar*. Era pois, materialmente impossível attribuir a Ovídio alguma culpa no escândalo que enlutava a casa de Augusto.

O castigo da mãe não serviu de exemplo à filha, nem a deteve no caminho dos prazeres: alguns anos mais tarde Augusto é obrigado a punir também a neta.

Quer Boissier que Ovídio tenha tido participação direta nesta segunda desgraça de Augusto. Não somente a sua *Arte de Amar* seria o missal dos jovens amantes — Júlia e Silano — mais ainda, seria também o intermediário e o confidente. Por que, então, recebeu êle um castigo maior que os outros? Júlia e Silano exilados não saíram da Itália, ao passo que, Ovídio, atirado ao Ponto Euxino, lá devia morrer.

O pretexto dado por Augusto foi a *Arte de Amar*. Por que não seria realmente êste o motivo? Tôda participação que o poeta pudesse ter tido nos “tête à tête” de Júlia e Silano não seria mais do que uma aula prática, uma aplicação do que ficara exposto no livro. Realmente, “ninguém pode ensinar o pouco que sabe”:

“Quodque parum novi, nemo docere potest”

(Trist. II v. 3-4-8).

Pode, porém, aperfeiçoar alunos adiantados... e se êsses alunos são de sangue principesco, a aula deixa de ser para o professor galante um divertimento voluntário para se tornar uma obrigação que deve ser cumprida. Além disso, há o perigo que corre sempre o amor misturado com política. Punindo a aluna, Augusto não poderia de deixar de punir o mestre. Júlia com seu procedimento irregular, comprometia e ridicularizava as severidades morais de Augusto. Exila-a para a Itália. Silano tem igual destino: é um dos muitos jovens ricos e nobres cujas pretensões amorosas levava à aventura na própria casa imperial. Punindo-o, Augusto punia em símbolo tôda a “jeunesse dorée” dos princípios do primeiro século. Com Ovídio, porém, o caso era mais grave. De há muito o poeta vinha desfazendo com seus dísticos tudo o que o Imperador fazia com suas leis. Num momento doloroso como aquêle em que fora necessário banir a primeira Júlia, êle publicara um livro especialmente para cantar o adultério e louvar os demais costumes escandalosos da época. Quando a segunda Júlia devia sofrer o mesmo castigo, de novo estava o poeta envolvido no caso, agora, diziam, diretamente.

Poupado na primeira vez, na segunda seria maior a punição. Não era suficiente enviá-lo à Itália, como fêz com os dois amantes culpados. Estar na Itália era, praticamente, para Ovídio, estar em Roma, porque a sua produtividade poética, e a sua excessiva popularidade, o faziam vivo, e, estando exilado, possivelmente mais admirado. Augusto temia o prestígio de Ovídio. Fôra-se o tempo do Triunvirato, em que, tendo Augusto composto versos livres e grosseiros sobre Polião, êste, muito capaz de responder, tivera a prudência de calar “porque, dizia êle, não queria graças com um sujeito

que por qualquer coisa punha um homem a caminho”; esta espécie de ataque Augusto não podia tentar em Ovídio. Não porque êste fôsse um poeta incomparavelmente superior ao desajeitado Imperador: Ovídio, como Polião não teria nunca sequer a veleidade de pensar em responder. É que, em primeiro lugar, estava em jôgo a sua dignidade de Imperador; em segundo, se a luta era pela moralização, como iria êle próprio fazer versos grosseiros e livres?

Um exílio longo e distante era a melhor solução e o motivo indicado, um modo de se mostrar coerente com sua própria política.

De Tomos, no Mar Negro, Ovídio continuará a fazer versos: fa-los-á em latim e em geta — língua das populações entre as quais vivia. Não é mais, porém, temível. Já não são doutrinas picantes que encham folhas e se despejam sôbre Roma expectante; são êlegias tristíssimas, de adulação e de súplica, nunca de revolta e de orgulho.

Em Roma, nada mudara com a saída de Ovídio: a lincença continuava infrene, apesar das leis, apesar do exemplo. Há uma fatalidade em tudo — acreditam muitos. Para Ovídio, essa fatalidade, que êle próprio, num dia recuado da juventude predissera, era a ausência de Roma, imenso lar do “cantor dos ternos amores”...

C O N C L U S Ã O

Se fôssemos julgar a obra de Augusto através de Ovídio, seriamos levados a concluir, erroneamente, pelo insucesso.

Realmente, em Ovídio estão todos os germes da decadência política e social cuja eclosão, a sábia, mas insuficiente, profilaxia de Augusto, ainda que retardasse por duas centenas de anos, não conseguiu sustar.

Seríamos talvez precipitados se disséssemos que, deixando de parte os ideais democráticos pelos quais se batera César, seu herdeiro se embrenhara por um caminho ingrato: a restauração de uma oligarquia cuja fraqueza deu por terra com as melhores intenções e as melhores realizações de Augusto, e de alguns de seus sucessores.

As debilidades do sistema político-social e as conseqüências dessa debilidade, vêmo-las em Ovídio. Mas vemos também as tentativas de conjurá-las simbolizadas pelo exílio sem perdão do nosso poeta. Evidentemente, essa mão forte e essa vontade inflexível de Augusto, conseguiram por todo o seu longo reinado — se se pode empregar com propriedade esta palavra aqui — realizar o anseio maior do povo romano: a paz. E se o ideal do homem se confina dentro de sua vida, êsse ideal, Augusto o realizou.

EDITH PIMENTEL PINTO

Licenciada em Letras Clássicas
(U. S. P.)

BIBLIOGRAFIA

- ALLARD, PAULO — Storia Critica delle persecuzioni — Tradotto da Egidio Lari — vol. I.
- BAYET, JEAN — Littérature Latine — Colin — 1945.
- BOISSIER, GASTON — L'oppositin sous les Césars — Paris — 1913.
- FRIEDLAENDER, L. — Moeurs romaines du règne d'Auguste — Traduction libre par Ch. Vogel. Paris — 1874.
- FERRERO, G. — Nueva história romana. Puesta en lengua española por Ricardo A. Caminos. Buenos Aires, 1941.
- GOW et S. REINACH — Minerva — Hachette, Paris, 1907.
- GRENIER, ALBERT. — Le génie romain dans la religion, la pensée et l'art. — Col. "L'Evolution de l'humanité". Henri Berr. — Paris, 1925.
- HOMO, LÉON — Le Haut-Empire — vol. III da Histoire Romaine, da Col. "Glötz" — Paris, 1941.
- MIRMONT, H. DE LA VILLE DE — La Jeunesse d'Ovide — Paris.
- NOTTOLA, UMBERTO — Disegno storico della letteratura romana. Firenze — 1927.
- OVIDIO — A arte de Amar — Por Antônio Feliciano de Castilho. Rio de Janeiro — 1939.
- Les Héroïdes — Introduction, notes et texte français établis par Émile Ripert — Paris.
 - Les Métamorphoses. — Col. Les auteurs latins. Librairie Hachette — Paris.
 - Tristium — Por Antônio Veloso, Belo Horizonte, 1940.
 - Os Fastos — Por Antônio Feliciano de Castilho, Lisboa — 1862.
 - I Fasti — Commento e note di Ricardo Cornali. Torino — 1946.
 - Les Amours — Por Henri Bornecque, Paris, 1930.
 - Remèdes à l' amour — Por Henri Bornecque, Paris, 1930.